

*Apresentada a comissão e respondida ao apelo do Senado, Proposta a última redacção. Para o Senado, já*

*A. de Antunes* **N.º 333**  
*em 21/III/1916*

PROPOSTA de LEI

*MP*

Artigo 1º.- Enquanto durar o estado de guerra, ficam sujeitos a censura preventiva os periódicos ou outros impressos e os escritos ou desenhos de qualquer modo publicados.

*MP*

Artigo 2º.- A censura eliminará tudo o que importe a divulgação de boato ou informação capaz de alarmar o espirito publico ou de causar prejuizo ao Estado, no que respeita quer á sua segurança interna ou externa, quer aos seus interesses em relação a nações estrangeiras, ou ainda aos trabalhos de preparação ou execução de defeza militar; e bem assim tudo o que se compreende nas alíneas b) e d) do artigo 1º. da lei de 9 de julho de 1912, e no artigo 1º. da lei de 12 do mesmo mez e ano.

*MP*

Artigo 3º.- A censura será exercida por commissões especiaes para esse fim nomeadas pelo Governo, quando funcionem nas capitães de distrito, e pelos governadores civis, quando funcionem nos concelhos.

*MP*

Artigo 4º.- As publicações designadas no artigo 1º. d'esta lei que deixarem de ser submetidas á censura ou que, depois de a ela submetidas, mantiverem o que haja sido mandado eliminar, serão aprehendidas nos termos do decreto n.º. 2270 de 12 de março de 1916, podendo, além d'isso, ser suspensas por tres a trinta dias.

*MP*

§ unico - Tratando-se de publicações periodicas, a primeira reincidencia importará a sua suspensão por tempo não inferior a trinta dias, podendo alargar-se em caso de gravidade até ao fim da guerra.

*MP*

Artigo 5º.- Pelas transgressões mencionadas no artigo anterior serão os responsaveis punidos pelos tribunaes competentes com pena de multa de cincoenta a duzentos escudos, e, no caso de reincidencia, além do maximo da multa, com prisão correcional não remivel, sem prejuizo da pena que couber pelo crime de abuso de liberdade de imprensa.

*MP*

Artigo 6º.- O crime de abuso de liberdade de imprensa e as transgressões a que se refere o artigo anterior, serão julgados no mesmo processo e sem intervenção do jury, salvo quando o crime fôr da competencia dos tribunaes militares.

Artigo 7º.- Ficam, d'este modo, restringidas as garantias consignadas em o n.º. 13 do artigo 3º. e no artigo 59º. da Constituição Politica da Republica Portuguesa, e revogada toda a legislação em contrario.

Sala das Sessões da Camara dos Deputados, em 21 de março de 1916.

O Ministro da Justiça e dos Cultos

*Luiz de Mesquita Carvalho*